

Fundo substituirá holding de estatal

Os assessores diretos do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, estão eufóricos. Atiraram no que viram e acertaram no que não viram, com a vantagem de o resultado ser, pelo menos a curto e médio prazo, melhor do que se esperava. A tão planejada "holding" financeira para disciplinar os gastos das estatais e financiar os investimentos do setor público acabou sendo substituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e com muitas vantagens. Uma delas é que o Fundo não gerará ciúmes dentro do governo pois apenas a sua gestão financeira ficará subordinada à Secretaria do Tesouro do Ministério da Fazenda. A fixação das diretrizes, das políticas de aplicação dos recursos, caberá ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, significando que a última palavra será a do presidente José Sarney.

Outra vantagem do Fundo é que ele possibilitará investimentos seletivos. Os recursos poderão ser aplicados em investimentos em áreas mais necessárias ou com retornos mais rápidos. A "holding" simplesmente teria que assumir todo o passivo das estatais, em alguns casos impossível, de ser financiado, já que, em grande parte, decorre do endividamento externo. Assumido o passivo indiscriminadamente, a "holding", no entender de assessores do ministro Funaro, traria o risco das estatais superavitárias serem "contaminadas" pelas deficitárias. Ao contrário da "holding", o fundo não desempenhará um papel de financiador ativo dos investimentos públicos, pois não poderá colocar no mercado papéis das empresas estatais para obter recursos. Isso, entretanto, não significa que a médio prazo,

ele não se transforme, se conveniente, também em um financiador ativo. Assim, na interpretação da equipe de Funaro, o fundo é o primeiro e definitivo passo para se implantar a holding financeira, como já existe em países como a Itália, por exemplo.

De acordo com um assessor do ministro Funaro, o Fundo tem as seguintes prioridades: tapar minimamente o buraco, o déficit das estatais; alavancar a capitalização das estatais fora do Orçamento Fiscal; financiar investimentos na área de energia, transportes, insumos básicos como aço; amparar o financiamento na área de ciência e tecnologia; e garantir investimentos na área social. Ou seja, os recursos do Fundo prioritariamente serão direcionados para o setor público.

O objetivo do Fundo é, nas palavras desse assessor, preparar o Brasil para o ano 2.000, principalmente na área tecnológica. O governo, através dos compulsórios, estaria tirando do presente para investir no futuro, direcionando os recursos que estavam sendo aplicados em consumo para o investimento. Ele acredita que o risco político das medidas compulsórias será rapidamente diluído por força da popularidade do presidente José Sarney que fará o povo realmente acreditar que os recursos destinados compulsoriamente ao Fundo serão aplicados na promoção do desenvolvimento e de uma melhor distribuição da renda nacional. Para a viabilização do Fundo, os assessores de Funaro espelharam-se em idéia semelhante praticada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, que garantiu parte de seu Plano Articulado de metas através de um adicional sobre o Imposto de Renda.